

(A SER APRESENTADA DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA)

CONTRATO Nº
XXX/2026/EMTEC

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA MUNICIPAL DE TECNOLOGIAS DE JUIZ DE FORA – EMTECJF E A (NOME DA EMPRESA)

A EMTECJF - EMPRESA MUNICIPAL DE TECNOLOGIAS DE JUIZ DE FORA, empresa pública municipal, neste ato representada por seu Diretor Presidente **DAVI RIANI GOTARDELO** e por seu Diretor Administrativo e Financeiro **JOSÉ RICARDO DE CARVALHO GONÇALVES**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.916.672/0001-73, com endereço na Avenida Barão do Rio Branco, nº1843, 6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36.013-020, e a sociedade empresária **(NOME DA EMPRESA)** - inscrita no CNPJ sob o nº. XX.XXX.XX/0001-XX, com sede à Rua (NOME DA RUA), nº XX, bairro (NOME DO BAIRRO), CIDADE/UF, CEP: XXXXX-XXX, pelo (a) seu(a) representante infra-assinado (a) Sr (a).: **(NOME DO REPRESENTANTE)**, portadora do RG XX.XXX.XXX e do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, considerando (o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob o nº **90.00X/2026/EMTECJF** a contratação direta por dispensa/ou inexigibilidade), conforme consta no **Processo Administrativo Eletrônico Próprio nº _____/2026**, obedecidas as disposições da Lei 13.303 de 2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMTECJF, das demais normas legais aplicáveis e as condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente *Contrato tem como objeto a* “**Contratação de link de internet dedicado 1 Gbps com 64 IPv4 válidos, englobando o suporte técnico na modalidade 24x7 e Anti DDoS (Serviço de Mitigação)**”.

1.2. Os serviços a serem executados são os descritos no **Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.00X/2026**, bem como nas especificações que o compõem, além do Termo de Referência e demais anexos em todos os seus termos e disposições.

1.3. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos.

1.4. **Toda a documentação apresentada no Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O preço, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta conforme Anexo II-A do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº _____ são as que seguem:

ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Link de internet dedicado 1 Gbps com 64 IPv4 válidos, englobando o suporte técnico na modalidade 24x7 e Anti DDoS (Serviço de Mitigação)	Mês	12	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
VALOR TOTAL R\$ X (ESCREVER VALOR POR EXTENSO)					

2.1.1. O valor global estimado do contrato para 12 (doze) meses é de **R\$ X (escrever valor por extenso)**

2.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos serviços efetivamente prestados à EMTECJF.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que informa e integra este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pelo setor pertinente em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, subsequente ao fato gerador, e creditado em favor da CONTRATADA, através de transferência bancária contra a instituição financeira indicada na proposta, na seguinte conta bancária:

BANCO: NOME DO BANCO

TITULAR:

AGÊNCIA: XXXX-X

CONTA CORRENTE: XXXXXX-X

4.1.1. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada deverá ser encaminhada por meio do Protocolo da plataforma Prefeitura ÁGIL (<https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento>) conforme manual https://drive.google.com/file/d/1coayKcBXY3cwmkpE_4SZqhLoeeeemd7J/view?usp=sharing. É indispensável anexar à nota fiscal a autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias, emitidas no site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

4.1.2. Junto a nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Débitos Federais;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e,
- f) Certidão Conjunta negativa da Dívida Ativa da União.

4.2. No caso da não apresentação da documentação de que trata os itens 4.1.1 e 4.1.2 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Contrato, fica a **CONTRATANTE** autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

4.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não implicando à EMTECJF quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

4.3.1. A devolução da fatura não aprovada pela EMTECJF não servirá de motivo para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

4.4. No caso de Nota Fiscal/Fatura emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

4.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

4.5.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e no seguinte CNPJ 60.916.672/0001-73, de acordo com a Ordem de Fornecimento/Serviço enviada.

4.6. Deverá constar na Nota Fiscal/fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

4.7. Ocorrendo o atraso de pagamento por culpa exclusiva da EMTECJF, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

4.8. Para a hipótese definida no item 4.7, a **CONTRATADA** fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplimento da EMTECJF.

4.9. Caso a **CONTRATADA** seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar junto a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

4.10. Toda prestação do fornecimento deverá ser efetuada mediante solicitação da Requisitante, a qual deverá ser feita mediante Ordens de Fornecimento.

4.11. O pagamento da nota fiscal está condicionado ao ateste do fiscal técnico.

4.12. Junto a nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, CND do INSS, bem como certidão negativa de débitos tributários Federal, Estadual e Municipal e certidão negativa de débitos trabalhistas.

4.13. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 4.12 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a EMTECJF autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, a **CONTRATADA**, das penalidades previstas.

4.14. A EMTECJF poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA**, por força da contratação.

4.15. Quando ocorrer a situação prevista no item 4.13, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

4.16. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

4.17. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.18. A EMTECJF e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do **artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16**, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos aos critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral, não cabendo simples reajuste no prazo de vigência do Contrato, em atendimento ao §1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

4.19. A EMTECJF poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento parcial ou total do contrato;
- b) Débito da **CONTRATADA** com a EMTECJF, proveniente da execução do contrato decorrente desta licitação;
- c) Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida;
- d) Obrigações da **CONTRATADA** com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a EMTECJF;
- e) Paralisação do fornecimento por culpa da **CONTRATADA**;

4.20. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, sempre observado o contraditório no procedimento administrativo.

4.21. A **CONTRATANTE** poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 4.1, através de solicitação expressa da **CONTRATADA**, sendo previamente avaliado pela Diretoria Administrativa e Financeira, de acordo com as condições financeiras da **CONTRATANTE**.

4.21.1. Em caso de antecipação, será aplicado um desconto financeiro, calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de 1% (um por cento) *"pro rata"*.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço será prestado de acordo com a ordem de serviço enviada e de acordo com os prazos indicados na cláusula oitava - DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.2. A prestação do serviço deverá estar em conformidade com a descrição, especificação, quantidade e qualidade do objeto especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura de ambas as partes, admitida a prorrogação por iguais períodos até o prazo máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do **art. 71 da Lei nº 13.303/2016**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes, ou rescindido pela **CONTRATANTE** mediante aviso-prévio de 30 (trinta) dias, que deverá ser formalizado pela parte interessada.

6.1.1 A **CONTRATADA** poderá rescindir o contrato mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por tratar-se de execução de serviço público essencial de natureza contínua.

6.1.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

6.2. As ordens de fornecimento decorrentes do Contrato serão emitidas mediante demandas, conforme a necessidade da EMTECJF.

6.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

6.3.1. A **CONTRATADA** tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da Administração Pública Estadual ou do próprio órgão **CONTRATANTE**, enquanto perdurarem os efeitos;

6.3.2. A **CONTRATADA** não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.3. A **CONTRATADA** não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

6.3.4. Verificadas ocorrências graves registradas pelo fiscal do contrato no processo administrativo próprio, durante a execução do serviço.

6.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado.

6.5. Não havendo interesse na prorrogação por parte da **CONTRATADA**, torna-se necessária a comunicação por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de inexecução parcial do contrato, culminando nas sanções contratuais com aplicação de multa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES E DA REVISÃO DO CONTRATO

7.1. Havendo renovação/prorrogação do contrato, após o período de 12 (doze) meses, este será reajustado pelo índice IPCA/IBGE, conforme Decreto Municipal n. 8.542/2005, observando os índices máximos autorizados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG.

7.2. A revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro) tem lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

7.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;
- b) o evento ocorra após a apresentação da proposta;

- c) o evento não ocorra por culpa da **CONTRATADA**;
- d) a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela **CONTRATADA** ou pela EMTECJF;
- e) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da EMTECJF;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da **CONTRATADA**;
- g) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. O reequilíbrio de contrato será precedido de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e documentos que fundamentem a repactuação do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. No ato de assinatura deste instrumento fica a CONTRATADA obrigada a fornecer o e-mail para recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A CONTRATADA deverá conhecer e seguir as especificações descritas no Termo de Referência, especialmente as indicadas na cláusula 7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E FORNECIMENTO DO SERVIÇO.

8.3. Os serviços relativos às ordens de serviço deverão ser efetuados conforme programado, de modo que o prazo máximo para as instalações será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

8.4. O início da execução dos serviços será de até 24 horas da emissão da ordem de serviço emitida pela CONTRATADA.

8.5. Caso a **CONTRATADA** não consiga cumprir o prazo exigido no item 8.3, deverá informar a EMTECJF no prazo máximo de **03 (três) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço**.

8.6. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

8.7. A **CONTRATADA** que não cumprir os prazos estipulados ficará sujeita às sanções estabelecidas no Termo de Referência.

8.8. A prestação de serviços deverá estar em conformidade com a descrição, especificação, quantidade e qualidade do objeto especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de Serviço.

8.9. Os serviços deverão atender às especificações técnicas e regulamentos técnicos, assim como todos os termos dispostos no termo de referência.

8.10. A **CONTRATADA** não poderá alegar desconhecimento das disposições constantes no Termo de Referência, que integra este contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução da prestação dos serviços decorrentes deste contrato será formalizada pela assinatura deste instrumento contratual entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, nos termos da Lei.

9.2. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o especificado no Termo de Referência.

9.3. A **CONTRATADA** deverá comprovar que dispõe de infraestrutura técnica e operacional adequada à execução do objeto, incluindo backbone de rede, pontos de presença (POPs), sistemas de monitoramento e equipe técnica especializada.

9.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer **64 (sessenta e quatro) endereços IP válidos (IPv4)**.

9.5. A prestação dos serviços deverá observar os parâmetros técnicos estabelecidos no Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando, à garantia de banda

contratada, níveis mínimos de disponibilidade, latência, perda de pacotes e demais indicadores de qualidade definidos;

9.6. A **CONTRATADA** deverá implementar e manter solução de mitigação de ataques de negação de serviço distribuído (DDoS), assegurando a continuidade da prestação do serviço mesmo em cenários de ataque, conforme especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

9.7. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos técnicos e disponibilizar informações sobre a execução dos serviços sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, inclusive em reuniões técnicas ou administrativas, sem ônus adicional.

9.8. A execução dos serviços será acompanhada de forma contínua pela **CONTRATANTE**, por meio de sistema de monitoramento e pela fiscalização do contrato, podendo ser realizadas reuniões técnicas periódicas, remotas ou presenciais, a critério da **CONTRATANTE**, para avaliação da qualidade e desempenho do serviço.

9.9. A **CONTRATADA** deverá dispor de equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, sendo responsável por garantir a adequada prestação do objeto durante toda a vigência contratual, devendo eventuais substituições de profissionais manter nível de qualificação técnica equivalente ou superior, quando aplicável.

9.10. A prestação de serviços será efetuada por solicitação da **CONTRATANTE**, a qual deverá ser feita mediante Ordens de Serviço.

9.11. As cópias das Ordens de Serviço deverão ser anexadas ao processo de administração do contrato, para acompanhamento dos quantitativos.

9.12. Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive, seguros, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

9.12. A **CONTRATADA** está sujeita a todas os requisitos constantes no Termo de Referência, especialmente os previstos no item **07 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E FORNECIMENTO DO SERVIÇO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

10.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado à **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **CONTRATANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

10.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela **CONTRATANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

10.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **CONTRATANTE**, esta comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não exime das responsabilidades assumidas perante a **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

10.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **CONTRATANTE**, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

11.1. A garantia do serviço consiste na obrigação por parte da empresa **CONTRATADA**, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes, bem como em toda a legislação correlata aplicável ao caso.

11.2. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, reparação, troca ou reposição do serviço porventura impróprio à finalidade a que se destina, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

11.3. O ônus de correção de defeitos apresentados pelo objeto entregue, ou substituição deste, será suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

11.4. A contagem do prazo de garantia prevista na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor será iniciado a partir da data do recebimento final pela EMTECJF.

11.5. A empresa contratada deverá fornecer meios de comunicação tais como e-mails, telefones fixos e celulares para contato durante a vigência do prazo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA:

12.1. A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental, de forma a garantir a máxima proteção durante a realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATANTE:

13.1 Designar empregado incumbido da fiscalização da execução contratual, ao qual competirá:

I. Supervisionar e acompanhar a execução contratual, adotando todas as providências para a garantia da perfeita execução dos serviços;

II. Atestar a execução dos serviços de acordo com as especificações;

III. Aceitar o objeto do contrato, para efeito de pagamento;

IV. Registrar no Processo Administrativo próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas da **CONTRATADA** ou de falha na execução dos serviços ou fornecimento.

13.1.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste instrumento;

13.1.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas no contrato, o servidor responsável não poderá atestar sua prestação e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

13.1.4. Prestar à **CONTRATADA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, pertinentes ao objeto, necessária à perfeita execução do Contrato;

13.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, desde que observados os requisitos contidos na cláusula terceira e subitens;

13.1.6. Fiscalizar o cumprimento do contrato, em relação a prazos, quantitativos, prestação adequada dos serviços, cumprimento das obrigações da **CONTRATADA** e da própria **CONTRATANTE**, designando funcionário que será responsável pelo registro no processo administrativo próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas da **CONTRATADA** ou de falhas na execução da prestação.

13.1.7. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** das ocorrências contratuais que podem ensejar aplicação de qualquer sanção, garantindo o contraditório.

13.1.8. Aplicar penalidades à **CONTRATADA**, quando for o caso;

13.1.9. Dirimir as dúvidas que porventura ocorram na prestação do serviço, direcionando as ações para sua solução;

13.1.10. Rejeitar no todo, ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações descritas neste Contrato, bem como relativamente às obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

13.1.11. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído ou corrigido conforme prazo fixado na Cláusula Oitava – DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

13.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.2. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATADA:

13.2.1. A **CONTRATADA** se obriga a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, obedecendo às especificações e condições exigidas na proposta e no preço avençado.

13.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado;

13.2.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.

13.2.4. Prestar o(s) serviço(s) para a EMTECJF, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos;

13.2.5. A **CONTRATADA** deve credenciar, junto à **CONTRATANTE**, um representante para prestar os devidos esclarecimentos ao fiscal do contrato e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

13.2.6. Realizar o(s) serviço(s) objeto(s) do Contrato, com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações descritas no Termo de Referência; sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A **CONTRATANTE**, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade do serviço e dos produtos com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo, quando couber.

13.2.7. Na ocorrência de qualquer eventualidade que prejudique o atendimento imediato, a contratada deverá comunicar e justificar a EMTECJF assim que tomar ciência da impossibilidade.;

13.2.8. Emitir notas fiscais referentes à prestação do(s) serviço(s) objeto deste termo contratual;

13.2.9. Havendo quaisquer irregularidades no serviço prestado, tais como vícios, defeitos, ou incorreções, a CONTRATADA deverá corrigi-las, atentando-se aos prazos indicados nas Cláusula Oitava – DOS PRAZOS DE PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS, a partir da notificação/solicitação da EMTECJF.

13.2.10. Adotar, na prestação de serviços, práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental e obedecer aos requisitos de sustentabilidade relativamente aos materiais utilizados e forma de execução dos serviços propostos, a serem utilizados na prestação de serviços.

13.2.11. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.12. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à EMTECJF ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da EMTECJF, podendo está para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;

b) medida judicial apropriada, a critério da EMTECJF.

13.2.23. A **CONTRATADA** declara ciência de todos os requisitos e condições do **Termo de Referência**, bem como se obriga a cumprir todos os termos e preços expressos em sua proposta comercial, garantindo a fiel e perfeita execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **artigo 72 e 81 da Lei nº 13.303, de 2016**.

14.2. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato; nos termos do §1º do **art. 81, da Lei nº 13.303/2016**.

14.3. Sempre que for necessário crescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da contratação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela EMTECJF, com base nos preços unitários contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o este Contrato e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMTECJF, sujeita-se às sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

15.2. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no **Art. 83 da Lei 13.303/2016**, das quais destacam-se:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da EMTECJF;
- b) Multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;

d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATADA**, no prazo de até 02 (dois) anos.

15.3. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente.

15.3.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas com a da alínea “b”.

15.3.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à EMTECJF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

15.3.3. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa.

15.3.3.1. A multa também poderá ser aplicada na observância das seguintes ocorrências:

I. Pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, caberá a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

15.4. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**.

15.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMTECJF ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.6. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 15.2, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

15.7. O recurso relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Diretor-Presidente da EMTECJF, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido.

15.8. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

15.9. A EMTECJF poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperações judiciais e extrajudiciais da **CONTRATADA**;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso à EMTECJF;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

15.10. A EMTECJF poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público.

15.11. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do Diretor Presidente da EMTECJF.

15.11.1. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela EMTECJF;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual;
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

15.12. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à EMTECJF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.13. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15.14. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

15.15. Se a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um Contrato, a EMTECJF poderá,

a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

15.16. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará o agravamento da sanção a ser aplicada.

15.17. Quando o objeto da licitação não for executado até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas às expensas da **CONTRATADA**.

15.18. As penalidades previstas neste Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da EMTECJF, se entender as justificativas apresentadas pela **CONTRATADA** relevantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS COMUNICAÇÕES

16.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por eletrônico e arquivados no processo administrativo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1. Observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços de forma adequada serão realizados pela EMTECJF.

17.2. O Responsável pelo acompanhamento técnico do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação de serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. No que se refere à inexecução total ou parcial do objeto contratual, aplicar-se-ão o disposto nos **arts. 244 a 249 e 258 a 276 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMTECJF** e disposições da Lei 13.303/16.

18.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito por iniciativa de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a EMTECJF
- c) judicial, nos termos da legislação.

18.3. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, para ressarcimento da **CONTRATANTE**, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, além das sanções previstas neste instrumento.

18.4. O contrato poderá, ainda, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante fato superveniente de relevante interesse público, devidamente justificado no processo administrativo, observado o contraditório da **CONTRATADA** e disposições legais pertinentes.

18.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea “a” do item 18.2, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias se a rescisão se der por ato da **CONTRATADA**, considerando a imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos, ou de 30 (trinta) dias caso a rescisão se dê por ato unilateral da **CONTRATANTE**, considerando o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

19.1. A **CONTRATADA** declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

19.2. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da EMTECJF, disponível para consulta no site da EMTECJF, no

endereço eletrônico <https://empavjf.com.br/emtec> e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CESSÃO / SUBCONTRATAÇÃO

20.1. É expressamente vedado à **CONTRATADA** a cessão, subcontratação ou subrogação, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – LGPD

21.1. As partes, por si e seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 13.709/2018) sob a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, RILC-EMTECJF, demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. Os extratos do CONTRATO, seu inteiro teor e seus aditivos devem ser publicados no sítio eletrônico da empresa em até 20 (vinte) dias a contar das datas das suas assinaturas, contendo o nome e o CNPJ do agente econômico, o objeto, prazo de vigência, valor do CONTRATO e fundamentação legal da contratação.

23.2. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOM portal do “e-Atos do Governo” da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, e no sítio eletrônico oficial da Empresa, conforme reza o art. 51, § da Lei nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 02 (duas) vias de igual teor.

Juiz de Fora, assinado digitalmente.

DAVI RIANI GOTARDELO
DIRETOR PRESIDENTE
CONTRATANTE

JOSÉ RICARDO DE CARVALHO GONÇALVES
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CONTRATANTE

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunha 1

Ass.: _____
Nome: _____
C.I.: _____
CPF: _____

Testemunha 2

Ass.: _____
Nome: _____
C.I.: _____
CPF: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FA1B-3711-3AFC-A837

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ RICARDO DE CARVALHO GONÇALVES (CPF 042.XXX.XXX-85) em 19/05/2026 15:00:35

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/FA1B-3711-3AFC-A837>